

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, no município de São Francisco do Brejão, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação – CME, convocada por meio do Ofício Circular nº 004/2026, presidida pelo senhor Lívio Ribeiro Torres de Oliveira, Presidente do CME. A pauta da reunião compreendeu: apresentação da Política Municipal de Equidade Educacional para as Relações Étnico-Raciais – PNEERQ; apreciação do Plano de Trabalho Anual – PTA no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; e apresentação do protótipo do blog do CME.

Iniciando os trabalhos, foi apresentada a Política Nacional de Equidade e Educação Étnico-Racial, destacando-se a necessidade urgente do enfrentamento ao preconceito e ao racismo no ambiente escolar. Foi informado que a política prevê a criação de uma coordenação específica para as relações étnico-raciais no município, além da formação obrigatória para todos os profissionais da educação, incluindo professores, gestores e demais servidores das escolas. Ressaltou-se que a formação busca promover mudanças de paradigmas históricos que invisibilizam a contribuição da população negra na sociedade e no currículo escolar. Também foi apresentado o protocolo antirracista, que orientará as ações das escolas diante de situações de preconceito e discriminação racial.

Durante a explanação, enfatizou-se o segundo eixo da política, relacionado ao diagnóstico e monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003, responsável pela inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Foi destacado que, apesar da legislação estar em vigor há anos, ainda há resistência e dificuldades práticas na sua efetiva implementação nas instituições de ensino. Nesse contexto, ressaltou-se que o ensino historicamente naturalizou a escravidão e minimizou a contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira.

Foram ainda apresentados os objetivos quantitativos da política até o ano de 2027, dentre eles a formação de cem por cento dos profissionais da educação com carga mínima de quarenta horas em Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERE, a

redução em cinquenta por cento do número de estudantes negros com notas inferiores a sete e a implantação do protocolo antirracista em todas as escolas da rede municipal. Destacou-se que o monitoramento das metas ocorrerá continuamente para garantir a redução das desigualdades educacionais e assegurar a continuidade das ações mesmo após o encerramento do financiamento federal.

Na sequência, discutiu-se o Plano de Trabalho Anual – PTA relacionado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Foi informado que o município alcançou, em 2025, o percentual de setenta e sete por cento das crianças alfabetizadas, superando a meta inicialmente prevista para 2027.

Foi destacada ainda a importância da avaliação formativa contínua, realizada trimestralmente desde 2024, utilizando plataforma federal para acompanhamento das habilidades desenvolvidas pelos estudantes. Informou-se que são impressas aproximadamente noventa mil cópias de avaliações por ano, distribuídas em três ciclos avaliativos, permitindo um monitoramento detalhado das aprendizagens e subsidiando intervenções pedagógicas específicas nas escolas.

No tocante à formação continuada, foi informado que o Plano de Trabalho Anual prevê a realização de quatro ciclos formativos anuais destinados a cem por cento dos professores e equipes gestoras da rede municipal, em regime de colaboração com o Estado do Maranhão. As formações abordarão conteúdos pedagógicos, análise de dados educacionais e estratégias para recomposição das aprendizagens pós-pandemia. Destacou-se também a importância do fortalecimento da relação escola-família, mediante encontros periódicos com os pais e responsáveis.

Prosseguindo, foi apresentada a estrutura do Protocolo de Combate e Prevenção ao Racismo nas Escolas, definindo fluxos de atendimento e responsabilidades. Foi esclarecido que, diante de ocorrências racistas, a escola deverá agir imediatamente, interrompendo a situação, acolhendo a vítima de forma reservada e comunicando a família no mesmo dia. O protocolo prevê registro detalhado da ocorrência, com acompanhamento posterior por pelo menos trinta dias para garantir segurança e evitar reincidências.

Também foram apresentadas as medidas pedagógicas e disciplinares aplicáveis, incluindo rodas de conversa, atividades reflexivas, acompanhamento pedagógico e

aplicação das sanções previstas no regimento escolar. Destacou-se que nenhuma medida disciplinar substitui a ação educativa e que casos graves ou reincidentes poderão ser encaminhados aos órgãos competentes, como Conselho Tutelar, Ministério Público e delegacias especializadas.

No eixo referente ao material didático e infraestrutura educacional, informou-se que o município vem adquirindo livros e kits pedagógicos voltados à temática étnico-racial, utilizando tanto recursos federais quanto recursos próprios. O material passará por catalogação e classificação para orientar o uso adequado em sala de aula e fortalecer a valorização da cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Foi relatada ainda a implantação de cantinhos de leitura em diversas unidades escolares, com planejamento para expansão a todas as salas de alfabetização da rede municipal. Destacou-se a importância desses espaços para o incentivo à leitura desde a educação infantil. Também foram discutidos desafios relacionados ao acolhimento dos estudantes nos espaços de leitura e bibliotecas, ressaltando-se a necessidade de melhorar o atendimento e tornar os ambientes mais acessíveis e atrativos.

Quanto aos recursos tecnológicos, informou-se que a maioria das salas de aula já dispõe de televisão para apoio didático, havendo esforços para ampliar o acesso a ferramentas digitais adequadas ao contexto escolar, facilitando o trabalho pedagógico dos professores e tornando as aulas mais dinâmicas e concretas.

Em seguida, foram debatidas questões relacionadas ao monitoramento das ações educacionais e fortalecimento da gestão escolar. Destacou-se que os resultados de avaliações externas e internas, como SEAMA, SAEB e avaliações formativas, são analisados junto às equipes gestoras para subsidiar o planejamento pedagógico e orientar intervenções nas escolas. O reforço escolar foi apontado como prioridade, embora existam desafios estruturais relacionados à disponibilidade de profissionais e licenças docentes.

Por fim, foi apresentado o protótipo do blog institucional do CME, destinado à divulgação de atas, documentos, calendário de reuniões e notícias relacionadas às ações do conselho e da política educacional municipal. Foram discutidas sugestões para melhoria da comunicação visual, registro fotográfico das reuniões e



fortalecimento da transparência junto à comunidade. Também foram apontadas dificuldades técnicas relacionadas à institucionalização do e-mail do conselho e manutenção do blog.

Nada mais havendo a tratar, foi definida a continuidade das reuniões com foco em pautas mais objetivas para ampliar a participação dos profissionais da educação e fortalecer o envolvimento coletivo nas ações educacionais do município. A reunião foi encerrada, e eu, Daniel de Sousa Andrade, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Justificativa de Ausência – Reunião do CME

Os(as) conselheiros(as) abaixo relacionados(as) não participaram da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação – CME, realizada no dia 29 de abril de 2026, por motivos particulares previamente comunicados à presidência do conselho:

- Mardone
- Patrícia Amorim
- Kerolla

As ausências ficam registradas para fins de controle e documentação oficial do Conselho Municipal de Educação.

Assinaturas:

Presidente: Lívio Ribeiro Torres de Oliveira

Secretário: Daniel de Sousa Andrade

Membros:

Martemir Lopes Bezerra

Ana Lúcia Torres de Oliveira Costa



EXAR.09

Antônio Elmar Ribeiro Torres de Oliveira

Maria Eduzângela da Silva Sousa

Daniel de Sousa Andrade